



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

PUBLICADO NO JORNAL  
EDIÇÃO DE 12.01.92/95  
ED. 202

## **LEI Nº 1046**

**SÚMULA :-** Regula o Comércio Eventual, Ambulante e atividades afins e dá outras providências:

**“ O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA , APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art.1º** Considera-se vendedor ou comerciante eventual ou ambulante e ainda expressões sinônimas, para fins desta Lei, a pessoa física que exerce a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, por conta própria, sem vinculação com terceiros, realizada em vias e logradouros públicos previamente determinados, bem como os horários.

§ 1º Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinados épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pela COMISSÃO PERMANENTE de que trata o Art.6º desta Lei.

§ 2º Considerar-se-á também como eventual, aquele que é exercido em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos, desde que atendidos os requisitos desta Lei e seus anexos.

§ 3º. É proibido o exercício do Comércio Eventual e Ambulante , fora dos horários e locais demarcados.

§ 4º Comércio Ambulante é o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

**Art.2º** O exercício do Comércio Eventual e Ambulante depende de licença da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, nos termos desta Lei.

**Art.3º** O estabelecimento dos locais, a lista de mercadorias comerciáveis, o horário por tipo de atividade e os critérios para autorização do desempenho da atividade, respectivamente, são os constantes do Anexos que passam a fazer parte integrante da presente Lei.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

Parágrafo Único. As vagas, serão demarcadas, numeradas e controladas pelo Poder Público Municipal, devendo ser preenchidas somente com os vendedores eventuais, independentes das demais atividades.

**Art.4º** Entende-se por atividade de Feiras, a exposição e venda de trabalho artísticos, exercida em caráter eventual, em período descontínuo e que tenha cunho educativo, cultural ou artístico, incluindo as feiras de artesanato.

**Art.5º** Da autorização expedida pela Secretaria da Indústria e Comércio, constarão os elementos essenciais dos anexos I, II e III, acrescidos das datas de vigência e o número da vaga que deverá ficar no carrinho padrão em lugar visível.

Parágrafo Único Para a expedição da autorização será cobrada a taxa de licença prevista na tabela VI anexa a esta Lei, e quando não pagas regularmente, serão acrescidas de multa, além de incorrerem em mora.

**Art.6º** Fica criado a Comissão Permanente, composta de :

- 1 Representante dos Vendedores Ambulantes de Telêmaco Borba;
- 1 Representante da Associação Comercial de Telêmaco Borba;
- 1 Representante da Câmara dos Vereadores de Telêmaco Borba;
- 1 Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- 1 Representante da Sub Secretaria Municipal de Cultura;
- 1 Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 1 Representante do Sindicato dos Comerciantes de Telêmaco Borba;
- 1 Representante da Assoc. dos Deficientes Físicos de Telêmaco Borba ;
- 1 Representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Telêmaco Borba e  
Secretário da Indústria e Comércio e Chefe de Divisão  
pertinente e a qual compete submeter ao Chefe do Executivo.

§ 1º Os representantes serão indicados pelas entidades mencionadas neste artigo e nomeadas pelo Prefeito.

§ 2º Compete a COMISSÃO PERMANENTE, respeitando o a Legislação em vigor, estabelecer o zoneamento dos locais com demarcação das áreas necessárias à atividade, levando em consideração o anexo I.

§ 3º Na aplicação de critérios previstos nos anexos desta Lei, dar-se-á preferência aos filiados a entidades de classe legitimamente constituídas, representantes das categorias respectiva.

§ 4º A indicação dos locais é feita em caráter provisório, podendo ser alterada, a qualquer momento, em função do desenvolvimento da cidade, e qualquer, desses locais se mostrarem prejudiciais ou inadequados, caso em que os vendedores eventuais serão notificados com antecedência de uma semana.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

**Art.7º** A Secretaria Municipal de Finanças, Divisão de Administração Tributaria, efetuará o cadastramento dos interessados à ocupação de vendedor eventual ou ambulante, e artesãos, em consonância com o **Art.6º** e com o estabelecido nos anexos desta lei.

**Parágrafo Único.** O candidato a **VENDEDOR EVENTUAL**, deverá comprovar e apresentar :

- a) ficha policial sem nada que o desabone;
- b) não estar empregado ou exercendo nenhuma outra atividade em qualquer horário e local, através de uma declaração corroborada por duas testemunhas;
- c) gozar de boa saúde, comprovada através de atestado fornecido pela Secretaria Municipal de saúde Pública e não ser portador de doença infecto-contagiosa;
- d) certidão do Cartório de Registro de imóveis, o qual deve -se constatar não possuir bens imóveis de valor elevado, e
- e) certidão do Cadastro de Imóveis da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, o qual deve-se constatar não possuir construção de alto valor venal.

**I -** Quando a atividade requerer local privado, o candidato deverá apresentar autorização para a instalação do equipamento;

**II -** Quando a atividade eventual for requerida em locais especiais, tais como igrejas e escolas, o candidato deverá apresentar autorização destas para a devida instalação.

**Art.8º** O exercício da atividade, de Comércio Eventual e Ambulante dependerá de autorização, expedida pela Divisão de Administração Tributaria, ouvida a Comissão permanente a que se refere o **Art.6º** a ser concedida por prazo não superior a 1 (um) ano.

**§ 1º** A autorização para o Comércio Eventual e Ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida em favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício.

**I -** Sempre que houver alteração dos locais, os vendedores eventuais serão notificados com antecedência de 15 (quinze) dias.

**§ 2º** Da autorização constarão os seguintes elementos essenciais:

**I -** nome do vendedor;

**II -** número de inscrição;

**III -** indicação das mercadorias objeto da autorização, e no caso de artesanato, material utilizado para a sua fabricação;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELEMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

**IV - horário e local, observado o disposto no inciso I do Art.6º .**

**§ 3º A Divisão de Administração Tributaria fornecerá a cada ambulante documento de identificação, de acordo com o Anexo IV, para os fins desta lei.**

**§ 4º A autorização a que se refere o presente artigo poderá ser transferida no caso de falecimento do titular, à viúva ou ao filho maior, se comprovado o desemprego e a dependência econômica familiar daquela atividade .**

**§ 5º Por ocasião do cadastramento o Comerciante Eventual indicará o seu substituto, que agirá em caso de necessidade.**

**I - O prazo admitido de substituição, não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, podendo em caso extremo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.**

**II - Verificado exacerbado o prazo aqui descrito, o VENDEDOR EVENTUAL terá sua autorização cassada.**

**Art.9º Os deficientes Físicos terão prioridade para o exercício da atividade de vendedor eventual ou ambulante e ocupação dos locais a serem fixados para esse comércio.**

**Parágrafo Único: Os deficientes a que se refere o "caput" deste artigo, deverão ser credenciados pela Associação dos deficientes físicos de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.**

**Art.10 Para fins de expedição da autorização a que se refere o Art.8º , os interessados deverão providenciar o cadastramento na Divisão de Administração e Tributaria, mediante a apresentação de documento de identidade, carteira de saúde atualizada, duas fotos 3x4, comprovante de residência e declaração, firmado pelo interessado, sobre a natureza e origem da mercadoria que pretende comerciar.**

**Art.11 O não comparecimento, sem justa causa, do comerciante eventual habilitado aos locais autorizados, por prazo superior a 15 (quinze) dias, implicará na cassação da autorização e a consequente substituição por outro comerciante eventual habilitado.**

**§ 1º Os vendedores que comercializarem produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da saúde pública, inclusive a venda de cosméticos e produtos de limpeza de pele de fabricação caseira, deverão receber instruções específicas e licença da Secretaria Municipal de Saúde.**

**§ 2º Os vendedores que comercializarem os produtos constantes no parágrafo acima, ficam sujeitos à apresentação da respectiva licença da Secretaria Municipal de Saúde Pública, no ato da outorga da autorização pela Secretaria da Indústria e Comércio.**

**Art.12 A permissão de uso de vias e logradouros públicos será outorgada mediante a cobrança de taxa, de acordo com o anexo desta Lei.**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **Art.13 São obrigações do Vendedor eventual ou ambulante:**

I - comercializar somente mercadorias especificadas na autorização, e exercer a atividade nos limites do local demarcado, e dentro do horário estipulado;

II - colocar à venda mercadorias em perfeita condições de consumo, atendido, quanto aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse de saúde pública, o disposto no Código Sanitário do Estado, e respectivo regulamento;

III - portar-se com urbanidade, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;

IV - transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito;

V - acatar ordens da fiscalização, exibindo, quando for o caso, o respectivo licença

VI - manter o local limpo, recolhendo o lixo em lixeira.

### **§ 1º É proibido ao Vendedor eventual ou ambulante:**

a) conduzir, pelos passeios, volumes que atrapalhem a circulação de pedestres;

b) localizar-se nos canteiros centrais das ruas e avenidas de modo a obstruir o tráfego nos passeios

§ 2º . Diariamente, após a utilização da vaga, o vendedor eventual deverá retirar e guardar o carrinho, além de proceder a limpeza do local, sob pena de aplicação de sanções previstas no Art.22 desta Lei.

§ 3º Cada vendedor eventual ou ambulante deverá portar documento de identificação, o crachá e a autorização fornecidos pela Secretaria da Indústria e Comércio . e o comprovante de pagamento do tributo de que trata os artigo 5º Parágrafo Único desta Lei.

**Art.14** Para a exposição das mercadorias, deverão ser usados o carrinho padrão, tabuleiros ou expositores adequados, conforme determinação da COMISSÃO PERMANENTE, com anuência do titular da Secretaria da Indústria e Comércio .

§ 1º Fica expressamente proibido exceder aos limites do carrinho padrão ou da vaga que lhe foi destinada.

§ 2º O carrinho padrão terá as suas características definidas pela Secretaria da Indústria e Comércio.

**Art.15** Será assegurado ao vendedor eventual ou ambulante, o direito de desempenhar suas atividades em pontas de feiras livres volantes, desde que sejam respeitadas as distâncias mínimas, da primeira e da última bancas, ocupando 1,00 m² de área por vendedor, para cuja atividade e quantidade por tipo de feira, será estabelecida pela COMISSÃO PERMANENTE.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

**Art.16** Compete a fiscalização do Comércio Eventual e Ambulante a Divisão de Administração Tributaria, com a colaboração e também fiscalização da Vigilância Sanitária Municipal e em sintonia com as entidades de classe dos ambulantes e artesãos, legitimamente constituídas.

**Parágrafo Único** Para cumprimento das disposições contidas nesta Lei, a Divisão de Administração Tributaria, fica autorizada a requisitar força policial, quando se fizer necessário.

**Art.17** As bancas em bairros deverão respeitar as normas da Construção Civil, e a fiscalização da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

**Parágrafo Único.** Os comerciantes de Bancas, estarão sujeitas a todas as normas nesta Lei especificadas.

**Art.18** Só será permitida a Venda de Produtos não sujeitos ao ICMS.

**Art.19** O valor da autorização de bancas será diferenciado do Comércio Ambulante, sendo anual e respeitará o Valor definido nesta Lei.

**Art.20** Entendendo-se por infração toda ação ou omissão contrárias às disposições desta Lei, bem como a de outras leis decorrentes do poder de Polícia administrativa do Município de Telêmaco Borba.

**Art.21** Será considerado infrator aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda os encarregados e fiscais da execução desta Lei que, tendo conhecimento da infração, deixarem de atuar o infrator.

**Art.22** Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a inobservância e as infrações das disposições desta Lei, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I - advertência ou notificação preliminar
- II - multa;
- III - apreensão de mercadorias e produtos;
- IV - inutilização de produtos;
- IV - suspensão de até 10 (dez) dias;
- V - cassação do autorização.

**Art.23** A pena além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e constituirá em multa, observados os limites estabelecidos nesta Lei.

**Parágrafo Único** As multas terão o valor conforme a gravidade de acordo com o artigo 25.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

**Art.24** A multa será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator de recusar a satisfazê-la no prazo legal.

**Parágrafo Único** . A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita na Dívida Ativa.

**Art.25** As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I - a maior ou menor gravidade da infração;
- II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições desta Lei.

**Parágrafo Único.** As multas terão os seguintes valores:

- a) 05 (cinco) UFM para menor gravidade;
- b) 10 (dez) UFM para média gravidade;
- c) 25 (vinte e cinco) UFM para maior gravidade

**Art.26** Às reincidências, as multas serão aplicadas em dobro.

**Parágrafo Único** . Reincidente é aquele que violar qualquer preceito desta Lei, por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

**Art.27** As penalidades impostas por esta lei, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do Art.159 do Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo Único.** Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

**Art.28** Nos casos de apreensão, lavrar-se-á auto próprio, em que se discriminará as mercadorias apreendidas e, o material ou produtos apreendidos serão recolhidos ao depósito do Município.

§ 1º A devolução do material apreendido só se fará, depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizado o Município das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito, bem como à vista de documento de identidade.

§ 2º No caso de não ser retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pelo Poder Executivo, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o parágrafo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

§ 3º No caso de material perecível, o prazo para a reclamação ou retirada será de 24 (vinte e quatro) horas; expirado tal prazo, se as referidas mercadorias ainda se encontrarem próprias para o consumo humano, poderão ser doadas a instituições de assistência social e, no caso de deterioração, deverão ser inutilizadas.

§ 4º No caso de apreensão de mercadoria ou produto de interesse da Saúde Pública, será adotado o seguinte procedimento:

I - submeter-se-á a mercadoria à inspeção sanitária, pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde Pública; se constatada deterioração ou de outra qualquer irregularidade, dar-se-á destino ao produto ou mercadoria conforme o § 3º e § 5º deste artigo.

§ 5º Os produtos e mercadorias consideradas inservíveis, pelo estado de contaminação ou putrefação, ao uso das pessoas ou animais, serão apreendidos e incinerados ou destruídos.

**Art.29** Não serão passíveis das penas definidas nesta Lei:

I - os incapazes na forma da Lei;

II - os que forem coagidos a cometer a infração.

**Art.30** Sempre que a infração for praticada por qualquer os agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I - sobre os pais, tutores ou curadores sob cuja guarda estiver o incapaz;

II - sobre aquele que der causa à infração forçada.

**Art.31** Quando verificar-se a infração de qualquer disposição desta Lei, e sempre que se constate não implicar em prejuízo iminente para a comunidade, será expedida, contra o infrator, notificação preliminar, estabelecendo-se um prazo para que este regularize a situação.

§ 1º O prazo para a regularização de situação não deve exceder o prazo máximo de 30 (trinta) dias e será arbitrado pelo agente fiscal, no ato da notificação.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido, sem que o notificado tenha regularizado a situação apontada, lavrar-se-á o respectivo auto de infração.

**Art.32** A notificação será feita em formulário próprio, documento este aprovado pelo Poder Executivo.

§ 1º No formulário ficará a cópia a carbono com o "ciente" do notificado.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

§ 2º No caso de o infrator ser analfabeto, fisicamente e impossibilitado ou incapaz na forma da Lei ou, ainda, se recusar a colocar o "ciente", o agente fiscal indicará o fato neste documento de fiscalização, ficando assim justificada a falta de assinatura do infrator.

**Art.33** Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal caracteriza a violação das disposições desta Lei e de outras do Município.

§ 1º Dará motivo à lavratura do auto de infração qualquer violação das normas desta lei.

§ 2º Será autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, a COMISSÃO PERMANENTE.

§ 3º Nos casos em que se constate perigo iminente para a comunidade, será lavrado auto de infração, independentemente de notificação preliminar.

§ 4º Os autos de infração obedecerão a modelos especiais aprovados pelo Poder Executivo.

**Parágrafo Único** . Observar-se-ão, na lavratura do auto de infração, os mesmos procedimentos dos arts. 31 e 32, previstos para a notificação.

**Art.34** Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o servidor municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição desta Lei ou de outras leis e regulamentos e posturas.

§ 1º A representação far-se-á por escrito; deverá ser assinada e mencionará, em letra legível, o nome a profissão e o endereço do seu autor, e será acompanhada de provas, ou indicará as elementos desta e mencionará os meios ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

§ 2º Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade, e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.

**Art.35** O infrator terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar defesa, dirigida a COMISSÃO PERMANENTE de que trata o Art.6º .

**Parágrafo Único**. Não caberá defesa contra notificação preliminar.

**Art.36** Julgada improcedente ou não sendo a dessa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

**Art.37** Os Comerciantes eventuais e ambulantes, já existentes, devem regularizar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com as normas da presente lei.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE TELEMACO BORBA***

**ESTADO DO PARANÁ**

**Art.38** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas nos artigos 212 a 218 da Lei Municipal nº 804 de 29 de novembro de 1.989

***PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, EM TELEMACO BORBA, ESTADO  
DO PARANÁ, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1995.***

**PAULO CEZAR NOCÊRA**  
**-PREFEITO-**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **ANEXO I**

Os parâmetros para o estabelecimento do Comércio Eventual e Ambulante serão definidos levando-se em consideração os seguintes itens:

### **I - ZONEAMENTO**

- a) as características de frequência de pessoas que permitam o exercício da atividade;
- b) a existência de espaços livres para exposição das mercadorias;
- c) o tipo de mercadoria, com distribuição dos espaços por categoria, de forma a não concorrer com o comércio estabelecido.

### **II - MERCADORIAS:**

Da lista de mercadorias comerciáveis, poderão ser retirados a qualquer momento, quando do interesse público.

### **III - HORÁRIO:**

O horário que está sujeito o Comércio Eventual e Ambulante será o mesmo em que está sujeito o comércio normal e

\* O horário pode sofrer condições especiais de acordo com o entendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

### **IV - CRITÉRIOS**

Os critérios para autorização da atividade, que serão estabelecidos pela ponderação dos seguintes dados:

- renda familiar;
- tempo de moradia no município;
- tempo de atividade em Telêmaco Borba;
- condições, tipo e local de habilitação do interessado;
- número dos filhos em idade escolar;
- grau de instrução escolar;
- tempo de cadastramento na Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba;
- renda familiar;
- adequação da atividade às normas do Comércio Eventual e Ambulante.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

11

## **ANEXO II**

### **LISTA DE MERCADORIAS COMERCIAVEIS**

#### **PELOS ARTESÃOS:**

##### **Grupo I**

Todos os produtos confeccionados manualmente

##### **Grupo II**

Alimentos caseiros

#### **PELOS VENDEDORES AMBULANTES**

##### **Grupo I**

Alimentos caseiros

##### **Grupo II**

Bijouterias, Brinquedos, Armarinhos, Vestuário e Artigos de Couro

**OBSERVAÇÃO** : **AO VENDEDOR EVENTUAL OU AMBULANTE** de artesanatos e de alimentos, em sua autorização, deverá constar o material utilizado para a sua fabricação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **ANEXO III**

### **DOS EQUIPAMENTOS**

Na venda de lanches, similares e refrigerantes, serão exigidos os seguintes equipamentos:

a) carrinho obedecida a padronização estabelecida pela COMISSÃO PERMANENTE;  
Aos já instalados que não cumprirem esta exigência, a autorização não será concedida no próximo exercício.

b) uniforme exigido segundo a COMISSÃO PERMANENTE .

### **DOS LOCAIS**

Os locais serão estabelecidos pela Comissão Permanente.

Os equipamentos a serem utilizados na venda de lanches e similares serão instalados nos seguintes locais:

I - Carrinho de ambulante:

a) praças, vias e logradouros públicos;

b) escolas, desde que autorizado pela direção do estabelecimento, obedecida a legislação estadual;

c) outros locais públicos determinados pela COMISSÃO PERMANENTE , proibida a transferência sem autorização da referida comissão.

II - Trailers

A instalação de trailers fica condicionada a aprovação da comissão Permanente, vistoria e local.

Todos os equipamentos tratados neste anexo, serão localizados a uma distância conveniente uns dos outros, a partir do zoneamento previamente definido pela

Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba e COMISSÃO PERMANENTE .

A localização de trailer em terreno particular somente será aceita se houver, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros 01 (uma) instalação sanitária.

Para o Comércio Eventual, será exigido carrinho padrão estabelecido pela COMISSÃO PERMANENTE



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **ANEXO IV**

### **DAS TAXAS E LICENÇAS**

A Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual e Ambulante será:  
(Valor de referência UFM)

	dia	mês	ano
1 - Comércio Eventual	-	100%	1000%
2 - Comércio Ambulante	70%		

### **Taxa de Licença para ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos**

	dia	mês	ano
	70%	100%	400%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TELEMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Finanças - COMISSÃO PERMANENTE

## CADASTRO DE AMBULANTE

( ) vend. amb. centro  
( ) vend. amb. bairro

foto

NOME			
Cadastro n° (reservado a DAT)			
Título de Eleitor (Deve ser em Telêmaco Borba)			
Cédula de identidade Civil RG			
Endereço Residencial		n°	bairro
Cidade	Estado		
Data de nascimento / /	nacionalidade	natural de.	Estado
Estado Civil			
Nome e Profissão do cônjuge			
filhos menores de 18 anos		filhos em idade escolar	n° filhos na escola
Grau de Instrução	( ) alfabetizado	( ) analfabeto	( ) primário ( ) 2° grau ( ) 3° grau
no caso de 3° grau.....			
condições de moradia	( ) própria	( ) alugada	( ) cedida ( )
outras.....			
Pertence a alguma associação de classe		( ) sim	( ) não
Qual ?			
alguém da família já possui ponto de venda ambulante?		( ) sim	( ) não
Portador de Deficiência Física		( ) sim	( ) não

TODAS AS DECLARAÇÕES CONTIDAS NESTA FICHA, É A EXPRESSÃO DA VERDADE.

Telêmaco Borba de de  
Assinatura.....

Se o Comércio Eventual for localizado em bairros, Indicar nos espaços abaixo o nome do bairro, da rua principal, as verticais e horizontais, bem como indicar pontos de referências.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**


símbolo	<b>VENDEDOR AMBULANTE</b>		
foto	Nome		
	RG		
	local		
	Ponto	vaga	
validade até	Em, ____/____/____		

<b>Vendedor Ambulante substituto</b>	
foto	Nome
	RG
	observações